



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da 323ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, realizada no dia 16 de setembro de 2014.

Realizou-se no dia 16 de setembro de 2014, na Sala de Reuniões do Conselho, prédio 6 da SMA/CETESB, Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345, a 323ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Compareceram os conselheiros: **Rubens Naman Rizek Junior, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA; José do Carmo Mendes Júnior, Secretário-Adjunto do Meio Ambiente; Patrícia Faga Iglecias Lemos, Alberto José Macedo Filho, Zuleica Maria de Lisboa Perez, Simone Aparecida Vieira, André Graziano, Luiz Ricardo Viegas de Carvalho, João Carlos Cunha, Olavo Reino Francisco, Sido Otto Koprowski, Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho, Daniel Smolentzov, Rubens Nicaretta Chemin, Marcos Lopes Couto, Jeferson Rocha de Oliveira, Marcelo Pereira Manara, Daniel Glaessel Ramalho, Iracy Xavier da Silva, Ana Cristina Pasini da Costa, Dimitri Auad, Paulo Roberto Dallari Soares, Rui Brasil Assis, Matilde da Costa, Carlos Alberto Maluf Sanseverino, José Ricardo Franco Montoro, Andrea Nascimento, Yara Cunha Costa, Antonio Cesar Simão, Isabel Cristina Baptista, Pierre Ribeiro de Siqueira, Antonio Elian Lawand Junior.** Constavam do Expediente Preliminar: 1. Aprovação da Ata da 322ª Reunião Ordinária do Plenário; 2. Comunicações da Presidência e da Secretaria-Executiva; 3. Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. Constavam da Ordem do Dia: 1. Apresentação da última versão do Plano Estadual de Resíduos Sólidos; 2. Apresentação sobre a Resolução SMA 70/2014 e suas perspectivas; 3. Apresentação sobre a situação do abastecimento hídrico no Estado de São Paulo. O **Presidente do CONSEMA, Rubens Rizek,** declarou abertos os trabalhos e passou a palavra ao **Secretário-Executivo**, para que conduzisse o expediente preliminar. **Dr. Germano** julgou por bem antecipar o anúncio que se daria ainda naquela reunião, informando a todos que, a partir da última sexta-feira, por obra de decreto do Governador do Estado, o **Dr. Rubens Rizek** passou a assumir, de direito, as atribuições que já vinha desempenhando de fato à frente da SMA, a saber, era agora o titular, o Secretário de Estado do Meio Ambiente, pelo que o parabenizava naquele momento. O **Secretário do Meio Ambiente** aproveitou o ensejo para noticiar que passou a ocupar, desde o último sábado, o cargo de Secretário-Adjunto do Meio Ambiente, o Dr. José do Carmo Mendes Júnior, fato que festejou, enfatizando tratar-se o novo Secretário-Adjunto de um verdadeiro “presente” para o Sistema Ambiental Paulista. Servidor da Procuradoria Geral do Estado com proeminente carreira, ocupou o cargo de procurador-geral-adjunto do Estado, havendo assumido a titularidade do órgão por inúmeras vezes; atuou em diversos órgãos públicos e, até recentemente, ocupava o cargo de secretário-adjunto da Casa Civil. Enfatizou tratar-se de profissional dotado de completo domínio de todos os temas relacionados ao Governo, que conhece em profundidade. Destacou que experiência, excelência técnica, talento, galhardia, gentileza e habilidade política são apenas alguns dos atributos deste que ora passa a ocupar a Secretaria-Adjunta, e reiterou a enorme alegria de receber José Mendes Júnior na Pasta. Outrossim, lembrou que aquela era a última reunião do Conselho em sua atual composição, e que, dentro dos próximos dias, seria encaminhada ao Governador a nova matriz composicional do Conselho, contendo os nomes sugeridos pelos respectivos órgãos e entidades nele representados. Ponderou que todo esse contexto de mudança, ao final de uma gestão, vinha demonstrar que a Secretaria não impunha trégua, por qualquer motivo, a sua marcha realizadora, permanecendo atuante no enfrentamento das questões que lhe dizem respeito até que finda a atual gestão. Pedindo vênias ao Secretário-Executivo e conselheiros presentes, requereu fosse passada a palavra, por três minutos, ao recém-empossado secretário-adjunto, pleito no qual anuiu unanimemente o Pleno. **José Mendes Júnior** agradeceu pelas gentis palavras que lhe endereçara o presidente do Conselho, assim como pela oportunidade que lhe foi dada de, ao longo dos próximos três meses, os últimos da atual gestão, aprender sobre a matéria ambiental, tema que enfrentou reiteradas vezes não apenas na Procuradoria Geral do Estado,

Página 1 de 15



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

onde trabalhou diretamente com o assunto, como ainda na própria Casa Civil, por onde tramitavam todos os temas. E comentou que talvez a razão maior a motivar o Governador a convocá-lo para o cargo não fosse outra senão a proximidade entre ele, Mendes Júnior, e o titular da pasta, Rubens Rizek. Declarou que espera estar à altura do desafio e que envidará o melhor de seus esforços no sentido de colaborar com este que, conforme definiu, é um dos mais importantes colegiados ambientais do país. O **Secretário-Executivo do CONSEMA** submeteu a aprovação a ata da 332ª Reunião Ordinária do Plenário, que foi aprovada, e devolveu a palavra à Presidência. O **Secretário do Meio Ambiente**, ainda sobre o tema da renovação do CONSEMA, e mais especificamente acerca da possibilidade de permanência no colegiado daqueles conselheiros que estão por concluir seu segundo mandato, declarou que lamentavelmente essa permanência se fazia impossível. Buscar justificativas que autorizassem essa permanência, posto que frágeis, asseverou, poderia ferir de vícios as deliberações pelo novo Conselho lavradas. Propôs que ao final da reunião fossem reservados alguns minutos para que se fizesse uma avaliação da atual gestão. O **Secretário-Executivo**, em complementação às informações prestadas pelo Presidente do CONSEMA, sublinhou que, muito embora encerrassem seus mandatos já no dia seguinte, os atuais conselheiros que porventura participam de comissões poderão, até que empossados os novos conselheiros, ser convocados a continuar participando dos seus trabalhos. Eventualmente, poderão ser convocadas até para mais uma plenária, se até lá os novos representantes não estiverem designados e empossados. Passou-se aos assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. O conselheiro **Jéferson Rocha de Oliveira**, tendo cumprimentado o Secretário-Adjunto José Mendes Júnior pelo cargo que passava a ocupar, declarou em tom confessional que, à semelhança do Dr. Mendes Júnior, havia vindo ao CONSEMA para aprender, e que não saíra frustrado, ao longo desses dois mandatos de que participara, com o rico aprendizado acumulado. Agradeceu à Fundação Florestal pela contribuição ofertada por ocasião da reunião do comitê encarregado de discutir o Mosaico Mantiqueira, à vista sobretudo dos bons resultados e avanços obtidos, colocando-se à disposição para colaborar no que mais fosse possível. O conselheiro **Marcelo Pereira Manara**, após somar aos de seus predecessores seus cumprimentos ao Dr. Mendes Júnior, passou à leitura de carta da conselheira **Maria Auxiliadora Assis Tschirner**, impossibilitada de se fazer presente ao evento, nos seguintes termos: “De início, quero agradecer a todos os membros desse Conselho, da Secretaria Executiva, pelo companheirismo e amizade proporcionada durante os quatro anos que aqui estive. Contribuindo ou não ativamente, como talvez alguns dos colegas gostariam, afirmo que aprendi muito com todas as propostas, ideias e projetos discutidos e aprovados durante as plenárias. Sigo ao lado, colaborando sempre que possível na área ambiental, embora complexa, sempre haverá um constante despertar de coisas novas que a natureza nos proporciona”. Informou que, ainda em nome da conselheira, encaminharia ao Secretário-Executivo questão específica, a ser por sua vez encaminhada à Ouvidoria da SMA. O conselheiro **Andrés Vernet Vives** requereu de quem detém a autoridade para tanto posicionamento acerca das providências tomadas, se tomadas, a respeito do lixão de Peruíbe que, segundo denúncias, recebia em local inadequado cerca de setenta toneladas de lixo ao dia, e que, mesmo após proibida a partir de agosto a destinação de lixo ao local, continuava a recebê-lo, e mencionou a colaboração do Instituto Ernesto Zwart nesse contexto. O conselheiro **Daniel Smolentzov** cumprimentou o Secretário Rubens Rizek pelo que denominou como justa e merecida nomeação, sinal da confiança nele depositada pelo Governador do Estado, assim como o Secretário-Adjunto José Mendes Júnior, seu colega de carreira na Procuradoria do Estado, por quem confessou profunda admiração. A ambos desejou um profícuo final de mandato. Agradeceu nominalmente aos funcionários da Secretaria-Executiva do CONSEMA que com ele colaboraram diretamente – Germano Seara Filho, Dirce Rosa do Amaral, Cecília Martins Pinto, José Mário Nogueira dos Santos – e igualmente a todos os outros servidores, que, muito embora não houvessem trabalhado diretamente com ele, desempenharam papel identicamente relevante, possibilitando o melhor desempenho de suas funções e sempre acolhendo prontamente suas demandas. Enalteceu o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

aprendizado representado pela experiência de compor o Conselho, destacando que o colegiado teve entre outros o mérito de sediar a defesa firme, mas sempre respeitosa, dos mais variados posicionamentos, por mais divergentes que fossem. Ao final, anuiu no aparte que lhe solicitara o conselheiro Marcelo Manara, não sem antes reiterar sua gratidão a todos quantos compartilharam de sua caminhada no CONSEMA, fazer votos de sucesso profissional aos conselheiros que encerravam seu segundo mandato e colocar-se à disposição da Secretaria-Executiva do órgão para tudo quanto estivesse a seu alcance. O conselheiro **Marcelo Manara** justificou que pedira a palavra tão somente para corrigir a gafe que cometera ao esquecer-se de parabenizar o Presidente do CONSEMA pela posse no cargo de Secretário do Meio Ambiente, como ainda para anunciar a presença em plenário de dois combativos vereadores, conforme os qualificou, com notável atuação na região do Vale do Paraíba – Daniel Pereira, de Redenção da Serra, e Hernani Barreto, de Jacareí. O conselheiro **Alberto José Macedo Filho** ecoou os cumprimentos ao agora Secretário de Estado do Meio Ambiente e a seu adjunto, este último, conforme relatou, reconhecido como um dos grandes procuradores do Estado de São Paulo, razão pela qual sentia-se honrado em colaborar com sua gestão. Ato contínuo, estendeu os cumprimentos a toda a equipe de servidores que compõem a Secretaria-Executiva do CONSEMA, entre cujas virtudes ressaltou a competência e a vontade realizadora. Declarou que, por ter composto o Conselho em duas diferentes gestões, de Mário Covas e, depois, de Geraldo Alckmin, pôde mais bem dimensionar a importância do CONSEMA enquanto órgão deliberativo e sede de profícuo diálogo. Terminou agradecendo a todos que o acompanharam nessa trajetória. O conselheiro **Carlos Alberto Maluf Sanseverino** declarou que, em nome da OAB e em seu próprio nome, festejava ver que o Governador do Estado reconhecia na pessoa do Dr. Rubens Rizek o homem sério, competente, leal, digno e absolutamente preparado para ocupar a condição de Secretário de Estado do Governo do Estado mais importante do país, estendendo esse cumprimento a toda a família do nomeado. Cumprimentou também o Dr. Mendes Júnior, de quem fora colega de turma na Pontifícia Universidade Católica nos anos de 1980, e que se somava a outros expressivos nomes saídos da mesma academia. Mencionou nominalmente todos quantos foram secretários de meio ambiente durante seus cerca de dez anos como conselheiro – José Goldemberg, Chico Graziano, Pedro Ubiratan e Bruno Covas, até chegar a Rubens Rizek, recém-nomeado para titular da pasta. Saudou de modo especial o Secretário-Executivo Germano Seara Filho, que declarou considerar um guardião do regimento do Conselho, com quem muito aprendeu, e a figura responsável pelo respeito que o órgão goza no âmbito estadual. Saudou também a conselheira Ana Pasini da Costa e todos os funcionários da Casa, em especial Dirce Rosa do Amaral, pela competência profissional, elegância, delicadeza de trato e permanente sorriso nos lábios. E o carinho com que a funcionária sempre recepcionava os conselheiros, e manifestou o desejo de que a vida a trate como ele próprio foi por ela, Dirce, tratado. Apresentou novamente o pleito, já formulado em outras reuniões, de ver o acesso da OAB aos EIAs-RIMAs em condições de isonomia em relação ao Ministério Público, e enfatizou a importância dos advogados no país, categoria que aliás conta já com cerca de oitocentos mil causídicos. Protestou pela judicialização da quase totalidade dos estudos de impacto ambiental ingressantes no sistema, e noticiou que estava em formação grupo destinado à mediação de conflitos em matéria ambiental, encabeçado pelo Dr. Renato Nalini, e cujo objetivo outro não é senão propiciar a mitigação e compensação ambientais em sede administrativa, favorecendo assim o gradual “desentulhamento” do Judiciário. Manifestou sua preocupação com o fato de que, uma vez protocolizados e após cerca de seis meses a um ano e meio tramitando na CETESB, os EIAs acabem por ser judicializados, ressaltando a propósito a necessidade de o Ministério Público realizar um acompanhamento dos licenciamentos desde as fases preliminares de análise técnica do projeto. Noticiou também que, por decisão do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, fora ele próprio reconduzido, por mais dois anos, à presidência da Comissão Nacional de Direito Ambiental, em cuja composição tinha a honra de destacar os nomes de Bruno Covas e Rubens Rizek. Informou ainda que a conferência anual do órgão, a realizar-se entre

Página 3 de 15



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

os próximos dias 21 e 23 de outubro, versará sobre o tema “Saúde Ambiental e Dignidade da Pessoa Humana”, e apresentou aquela que o sucederá no CONSEMA como conselheira indicada pela OAB, a Profª. Thaís Leonel, de quem, declarou, teve a honra de ser aluno. Sobre a nova conselheira comentou que é mestre e doutoranda pela Universidade de Buenos Aires, professora dos cursos de graduação e pós-graduação da FMU e que possui considerável experiência nos cargos de direção da OAB, onde hoje ocupa a vice-presidência da Comissão de Infraestrutura e Logística, compondo ainda a Comissão Nacional de Direito Ambiental. Concluiu ponderando que com a nova conselheira a representação da OAB no Conselho ganhava em competência e qualidade. O conselheiro **Antonio César Simão** declarou que fazia também dele os elogios endereçados pelo conselheiro Carlos Sanseverino à equipe de funcionários que compõem a Secretaria-Executiva do CONSEMA, e falou de seu grande orgulho por ter pertencido ao Colegiado até aquele momento e participado da aprovação de tantos importantes projetos para o Estado. Afirmou que, se a norma permitisse, o que desejava era permanecer no Conselho por mais tempo. Declarou que a APM sempre militou pela causa ambiental, de tal forma que julgava justo que a entidade figurasse entre as entidades ambientalistas. E defendeu que sua participação no Conselho se alinhava não com a posição governista, mas com os interesses dos prefeitos municipais, que representava. Pressagiu ao final que o CONSEMA ao longo do tempo se tornará cada vez melhor, e saudou a todos. Passou-se ao primeiro item da Ordem do Dia, qual seja a apresentação da última versão do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, a cargo da conselheira **Zuleica Maria de Lisboa Perez**, coordenadora da CPLA. A conselheira comentou que o Plano já fora apresentado ao Conselho e não iria repetir tudo novamente. Salientou que da última vez em que o apresentou discorreu acerca do resultado das audiências públicas realizadas, e que agora trazia a público a compilação de todas as contribuições ao projeto. Informou que sua primeira parte foi atualizada, levando-se em conta a regionalização e os cenários considerados. Comentou que a primeira das cinco diretrizes do projeto diz respeito à capacitação e educação ambiental, eleita meta motriz do plano e baseada essencialmente em ações articuladas com órgãos públicos municipais e secretarias municipais de educação. Ilustrou em seguida, utilizando-se de mapas, gráficos e diagramas, cada uma das ações previstas pelo PERS, a começar pelo ano de 2015. A segunda diretriz, explicou, diz respeito ao aperfeiçoamento do planejamento e gestão dos resíduos sólidos, na perspectiva de como se deseja ver o Estado daqui a dez anos. Prazos de avaliação foram previstos, com periodicidade de quatro anos. Para tanto, serão considerados índices quais o IGR e o IQR, entre o outros. Sublinhou a propósito que a gestão dos resíduos ocorre efetivamente no âmbito municipal, donde a necessidade de se implementar uma estratégia de atuação junto não apenas às indústrias, mas sobretudo às prefeituras municipais. Justificou a disciplina dos prazos de reavaliação adotada, apresentando em seguida números acerca dos planos municipais. Lembrou que somente o município que elaborar seu plano de resíduos terá acesso aos recursos provenientes do Governo Federal, conforme determina a legislação. A diretriz terceira relatou tratar-se do fomento às soluções sustentáveis para essa mesma gestão. Mencionou o trabalho desenvolvido nesse âmbito pelas universidades estaduais, sublinhando que não se deve jamais perder de vista a melhoria da adequação dos resíduos. Sobre a diretriz quarta, asseverou que o plano estadual, nada obstante mais ousado, se harmoniza perfeitamente com o plano federal. Comentou que toda a atenção foi dada ao grande número de contribuições encaminhadas, sempre com o objetivo último de propiciar o aprimoramento das diretrizes. Destacou o trabalho desenvolvido através da criação de comissões que reúnem representantes de diversas secretarias de Estado, necessário ao estabelecimento da sinergia sem a qual o plano não será levado a bom termo. Anunciou que o plano introduzia o tema dos resíduos marinhos, cujo equacionamento, diversamente do que se pensa num primeiro momento, vai muito além da distribuição de saquinhos de lixo ao longo das praias, e ressaltou a relevante colaboração, nesse âmbito, do Instituto de Pesca. Opinou que a grande ousadia do plano foi ampliar ainda mais o espectro de resíduos objeto de sua atenção, e, acerca da distribuição dos resíduos, informou que, dos seiscentos e quarenta e cinco municípios do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Estado, 9% são responsáveis por 50% da produção de resíduos sólidos urbanos, enquanto quatrocentos e quarenta e seis são responsáveis por 6%, e ponderou da dificuldade que reside no atendimento concomitante de tantos e tão diversos cenários. Enfatizou que o papel que o plano buscava desempenhar era o de possibilitar o aumento da eficiência no uso dos recursos naturais, fomentar a aplicação da logística reversa, estimular o uso de embalagens menos agressivas, as compras públicas sustentáveis, a valorização daquelas empresas que eficazmente colaboram com o meio ambiente, enfim, favorecer o investimento em novos paradigmas, a última diretriz do PERS. Relembrou que havia a intenção de lançá-lo no próximo dia 25 de setembro, para já em outubro começar-se a implementar o plano. Informou também já haver tido contato com dois consórcios, para tratar da questão atinente à regionalização do plano, e agradeceu a atenção de todos os presentes. O **Presidente do CONSEMA** tomou então a liberdade de narrar episódio pitoresco próprio à rotina das pequenas cidades do interior com o intuito de ilustrar o que ocorre no CONSEMA quando o pleno é palco de apresentações de planos ou projetos quaisquer – ou seja, quando a apresentação realmente demonstra a consistência e a qualidade de seu objeto, é acolhida com entusiástica salva de palmas. Comentou que o trabalho em questão vem sendo por ele acompanhado ao longo dos últimos três anos, e que desse acompanhamento pode seguramente testemunhar tratar-se de projeto de alta qualidade técnica, para a qual contribuíram jovens técnicos da CPLA, alguns deles provenientes do último concurso público da SMA. Sublinhou que o plano restou consideravelmente detalhado em termos de metas e diretrizes, acrescido que foi de inúmeras contribuições coletadas no curso de longa série de audiências públicas chefiadas pelo CONSEMA, assinalando a transparência de todo o processo de discussão. Ressalvou, entretanto, que, por questões de organização e especificamente no que tange às principais metas, buscou-se adotar a mesma estrutura básica do plano nacional. Argumentou que o plano, nada obstante, foi ousado em todas as metas, refletindo a maturidade da sociedade paulista. Preconizou a propósito que, decorrido o prazo para atingimento da meta inicialmente estabelecida – de no máximo dez anos, e até muito menos em determinadas cadeias –, espera-se que em São Paulo não reste nenhum produto que não seja aderente à logística reversa. Encerrou o discurso registrando sua preocupação com a dinâmica desenfreada de implantação de lixões, nada obstante as autuações da CETESB e o atento acompanhamento do Ministério Público. Passou-se à discussão. O conselheiro **Antônio César Simão** elogiou o trabalho realizado pela conselheira e coordenadora Zuleica Maria de Lisboa Perez e reiterou seu apreço à atitude do Ministério Público ao percorrer, juntamente com a Associação Paulista dos Municípios – APM, as cidades do interior, proferindo palestras. Ao mesmo tempo chamou atenção para a atitude independente que cada um dos representantes do MP assume, a ponto de divergirem entre si no que tange à aplicação da lei a situações corriqueiras. Ilustrou tal situação com o posicionamento de dois membros do Ministério Público – um que atua em Ribeirão Preto e outro na região de Bauru – que processaram prefeitos dos dois municípios, um por não adotar determinada medida, e o outro, exatamente pelo contrário, ou seja, adotar a mesma medida. Fez comentários sobre a expectativa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP em relação à implantação da logística reversa, mais precisamente à previsão de quando isso acontecerá, oportunidade em que o **Presidente do CONSEMA** informou que dez anos era o prazo máximo para implementação desse importante instrumento da política ambiental. O representante da FIESP **Paulo Roberto Dallari**, respondendo à indagação feita pelo Secretário, informou que atuava no segmento farmacêutico. O conselheiro **Antônio César Simão**, por sua vez, noticiou que, em suas andanças pelo interior, o Ministério Público teve como alvo os prefeitos, entre outros motivos, para informá-los sobre práticas proibitivas no que tange à política da logística reversa, e uma delas, observou, é o descarte de material em pátio ou órgão da prefeitura, situação que o prefeito não deve incentivar, pois, caso adote essa atitude, além de obrigatoriamente abrir mão da receita que o reaproveitamento do material descartado pode gerar, será alvo de uma ação civil pública impetrada pelo próprio MP. Reiterou seu posicionamento de que é necessário avançar na implementação desse instrumento da política ambiental, ferramenta



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que, em muitos países, deu lugar a soluções maravilhosas, entre outras àquela que presenciou na Holanda, qual seja, a utilização de uma máquina que, ao nela serem introduzidas duas garrafas de *pet*, devolve um cupom que pode ser descontado em supermercados. Outra saída interessante que ele ilustrou tem como protagonista uma empresa de distribuição de energia elétrica do Maranhão, que recebe as lâmpadas daqueles que as utilizaram e lhes atribui pontos que se transformam em descontos nos gastos com o consumo da própria energia. O conselheiro **Carlos Cunha** manifestou desejo de exercer a função de conselheiro titular a partir da próxima plenária e teceu elogios ao trabalho realizado pela conselheira e coordenadora Zuleica Maria de Lisboa Perez. Relatou sua preocupação com as cooperativas, principalmente pelas dificuldades que enfrentam para pôr em prática o processo de capacitação técnica de seus funcionários e cuja superação não conta sequer com o auxílio do Governo Federal. Acrescentou que, justamente por ter conhecimento de tais empecilhos, solicita informações mais detalhadas sobre o trabalho por elas realizado. O **Presidente do CONSEMA** reconheceu que as cooperativas possuem função social, como bem ilustra o trabalho do catador, que, infelizmente, por falta de informação, desconhece o prejuízo que causa à sua saúde o cheiro emanado pela vela de que se utiliza para identificar e, conseqüentemente, separar, os diferentes tipos de plástico utilizados na confecção do material a ser reciclado. A conselheira **Patrícia Iglecias Lemos** parabenizou o Estado de São Paulo pela criação de modelos para os diferentes segmentos ambientais, o que lhe confere a condição de vanguarda e o leva a se distinguir dos demais Estados da Federação. Ofereceu breve relato sobre a “Quarta Conferência Internacional de Gerenciamento de Resíduos Perigosos” realizada em Creta, no período de 2 a 5 de setembro de 2014, contexto em que foram feitas referências elogiosas a São Paulo, inclusive pelo seu protagonismo. O conselheiro **Pierre Ribeiro de Siqueira** fez menção à compreensão que obteve do Plano Estadual de Resíduos Sólidos com base na qual formulou questionamentos que dizem respeito a várias questões, desde o desenvolvimento de tecnologias que são concebidas como verdadeiras engenharias do Século XXI, pois abrangem o processo de capacitação e geração de emprego, a organização das atividades econômicas e a oportunidade de uma comunicação correta. Referiu-se à impossibilidade de o ensino formal no Brasil formular políticas públicas, até mesmo por copiar o modelo acadêmico norte-americano, para o qual, caso não se trate de inovação radical, alguns conhecimentos e informações sequer ultrapassam as portas da Academia. Por último comentou ter participado da audiência pública realizada em São Bernardo do Campo e promovida pelo CONSEMA sobre os estudos ambientais da “Obra de Implantação do Sistema de Processamento e Aproveitamento de Resíduos e Unidade de Recuperação da Energia – URE”, cuja discussão evidenciou que esse projeto possui tão somente sustentação econômica. O conselheiro **Marcelo Pereira Manara** solicitou à coordenadora do “Plano Estadual de Resíduos Sólidos” que enviasse aos conselheiros tanto o convite para seu lançamento no dia 25 de setembro próximo como o respectivo cronograma de sua implantação. Agradeceu a presença do representante do Ministério Público, Dr. Jaime Nascimento, que integra o Grupo de Atuação Especial do Meio Ambiente – GAEMA do Vale do Paraíba e que participará da discussão sobre o terceiro ponto da pauta, que trata do abastecimento hídrico do Estado de São Paulo. A palavra foi dada a **Armando Octávio Júnior**, representante da Coopercata, entidade que atua no Município de Mauá, e do Coopcent do ABC, que noticiou que também integra o Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclado. Declarou igualmente que mantém sua posição no que concerne ao fechamento dos lixões, embora compreenda as dificuldades administrativas que perduram há mais de cem anos e que têm de ser resolvidas. Em segundo lugar declarou que os catadores lutarão pelo pagamento dos serviços ambientais contemplados pela “Política Nacional de Resíduos Sólidos” e que esperava ter no Governador do Estado de São Paulo um parceiro que confira sustentação às reivindicações que ele fazia. Por derradeiro pontuou que considerava um avanço tanto a inserção da “Política Estadual de Reciclagem Popular” contemplada pelo PERS, como também a meta de dez anos para implementação da logística reversa. Ocorreu breve interlocução entre o representante do Movimento Nacional de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Catadores e o Presidente do CONSEMA, que contemplou, entre outras questões, a elaboração da “Política Estadual de Reciclagem Popular” e a formação ambiental dos catadores que trabalham com a população e contam com o apoio das secretarias estaduais. O **Presidente do CONSEMA** solicitou à coordenadora Zuleica Maria de Lisboa Peres que, posteriormente, estabelecesse contato com **Armando Octávio Júnior** e promovesse uma reunião com ele e com os técnicos da Coordenadoria de Planejamento Ambiental – CPLA. **Francisca Maria Lima Araújo**, representante da Cooperativa Reluz, que atua no município de São Bernardo do Campo, também teve direito à palavra, e afirmou, inicialmente, ter vindo, em 1997, do antigo lixão de Alvarenga, e que, desde 2001, participava da Associação Refazendo que fazia frente a muitas demandas, mas que, atualmente, possuía poucas pernas para atendê-las. Declarou que, embora tivesse solicitado ajuda da Defensoria Pública, fora ameaçada várias vezes para deixar o espaço público que ocupava e se instalar em imóvel alugado. Acrescentou que lhe foi dito, naquela ocasião, que ela estaria na rua caso não concordasse com a proposta que lhe era feita para abandonar o referido espaço. Solicitou ajuda aos conselheiros, após enfatizar que o companheiro Armando Octávio Júnior deixara clara a compreensão que ambos possuíam e que alimentou as inúmeras discussões de que participaram durante os últimos vinte anos, com técnicos municipais “nos consórcios da vida” e, até mesmo, com os empresários. Por fim, retratou, com detalhes, a situação – que chamou vergonhosa – em que se encontravam as cooperativas e associações e, mais uma vez, referiu-se às ameaças de despejo de que ambos eram alvos. O conselheiro **Carlos Alberto Maluf Sanseverino** parabenizou a equipe da CPLA que elaborou o plano, e sua coordenadora, Zuleica Maria de Lisboa Peres – e solicitou que, se o material apresentado estiver disponível em via eletrônica, seja enviado à OAB, para que ela possa fazer eco, encaminhando-o para a OAB dos municípios do Estado de São Paulo. Perguntou se o projeto contemplava o pequeno, o médio e o grande município, e se seriam implementados programas com vistas à inclusão social dos atuais catadores. A coordenadora **Zuleica Maria de Lisboa Perez** informou que a proposta de regionalização levou em conta as diretrizes adotadas pela Empresa de Planejamento S/A – EMPLASA no trabalho que elaborou sobre as regiões do Estado de São Paulo, e, no que concerne às regiões metropolitanas, que, ao todo, são cinco (RMBS – Região Metropolitana da Baixada Santista; RMC – Região Metropolitana de Campinas; RMSP – Região Metropolitana de São Paulo; RMS – Região Metropolitana de Sorocaba; RMVL – Região Metropolitana do Vale do Paraíba e RMLN – Região Metropolitana do Litoral Norte), serão trabalhadas separadamente. Argumentou que o Plano Estadual de Resíduos Sólidos é burocrático, pois contém programas de ação contínua, mas, ao mesmo tempo, dinâmico, uma vez que será reavaliado a cada quatro anos. Por último enfatizou que sua consistência é fruto dos vinte anos de trabalho que o Estado de São Paulo realiza e, principalmente no que tange aos resíduos de saneamento, quanto mais o Estado se desenvolve maior quantidade produz desse tipo de resíduo cuja destinação será objeto de análise por parte das Secretarias de Estado do Meio Ambiente, Agricultura, Saneamento e Recursos Hídricos. O **Presidente do CONSEMA** noticiou que a Coordenadoria de Educação Ambiental e a Secretaria de Estado do Planejamento celebraram acordo que contempla a atualização do cadastro de todas as cooperativas em funcionamento no Estado de São Paulo, tarefa esta a ser executada pela Coordenadoria de Planejamento Ambiental–CPLA. No que concerne aos catadores, enfatizou mais uma vez a necessidade de a equipe da CPLA com eles se reunir, analisar suas propostas, em especial as ideias que as norteiam, e dar a ele, Secretário, informações a respeito. Esclareceu também que o plano estará disponível em sua versão integral na internet, ato contínuo à sua publicação no “Diário Oficial”, e solicitou fosse fornecida aos conselheiros, quando de seu lançamento, sua versão digital. Passando-se ao ponto seguinte da pauta, sugeriu o **Presidente** que se invertesse a ordem do dia, pois, se por um lado já se estava prestes a ultrapassar o teto da reunião, por outro, o exame da Resolução SMA 70/2014 – conteúdo do segundo ponto da ordem do dia – por certo demandará tempo considerável dada a sua complexidade e riqueza de detalhes. Decidiu-se, portanto, que o referido ponto de pauta fosse apreciado em uma próxima plenária, e passou-se à



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

“Apresentação sobre a situação do abastecimento hídrico no Estado de São Paulo”. Preliminarmente, solicitou o Presidente à assessora Helena de Queiroz Carrascosa von Glehn que apresentasse a compilação que fez das realizações da SMA nos últimos anos no que concerne à recuperação da mata ciliar. A assessora **Helena de Queiroz Carrascosa von Glehn** declarou ter recolhido dados sobre essa questão, os quais, a seu ver, mereciam certo desenvolvimento, mas, mesmo assim os abordaria de forma breve e, em outra oportunidade, de forma mais detalhada. Passou a elencar as ações de recuperação e fomento das matas ciliares já implementadas pela SMA ou em vias de implementação, entre as quais aquelas previstas pelo protocolo ambiental que a SMA firmou com o setor sucroenergético – o etanol verde – e que prevê a recuperação de 299 mil hectares de área ciliar. Outra ação em andamento, observou, consiste na recuperação de 18.720 hectares de mata ciliar, em cumprimento a protocolo firmado com o setor florestal em 2012. Mostrou a evolução das áreas ciliares cadastradas pelo setor sucroalcooleiro desde 2007 e 2008 até 2013 e 2014, cuja extensão chega a alcançar 300 mil hectares, e que possuem grande número de nascentes. Nesse contexto, se referiu aos ganhos obtidos com o trabalho de fiscalização ambiental promovido pela Coordenadoria de Fiscalização Ambiental – CAF, ofertando, inicialmente, informações sobre o trabalho feito pela CFA juntamente com a Defesa Civil e a SMA, e acerca da rapidez com que as informações circulam e as leva a alcançar, em pouco tempo, sua principal finalidade, que é identificar a existência ou não de pressão na área. Importante vantagem obtida com o monitoramento executado juntamente com a fiscalização, informou a assessora **Helena Queiroz Carrascosa von Glehn**, é a promoção da recuperação da cobertura vegetal de todo o Estado de São Paulo. Ela informou que os *drones* – veículos aéreos não tripulados que vêm sendo utilizados pela Polícia Ambiental no trabalho de fiscalização – oferecem relevante contribuição para a monitoramento da vegetação. Elencou as dificuldades de se identificar a ocorrência de supressão de vegetação, primeiro, porque ela ocorre de forma fragmentada, o que dificulta sua identificação a distância, e, segundo, pela presença de uma cortina de mata no interior da qual se esconde. Noticiou os desmatamentos praticados em área de preservação permanente maiores do que 0,3 hectares nos anos de 2013 e 2014, bem como o número de autos de infração lavrados pela Polícia Ambiental e igualmente relacionados com supressão de vegetação em área de preservação permanente. Ao todo, pontuou a assessora, foram autuados mais de 9 mil hectares, os quais se encontram em processo de recuperação, com termo de compromisso assinado, ou por assinar, e que se vem monitorando com o intuito de se verificar o que deveras está acontecendo com seu processo de recuperação. Referiu-se ao apoio financeiro a subprojetos – de recuperação e de adequação ambientais – que são executados por pequenos produtores rurais, associações de pequenos produtores familiares, em sua maioria. Ofereceu informações ainda acerca do projeto de desenvolvimento rural sustentável – Microbacias II, executado pela Coordenadoria de Biodiversidade, Florestas, Parques e Áreas Protegidas – CBRN e pela Coordenadoria de Assistência Integral – CATI, vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e de Abastecimento. Enfatizou que só para tratar da questão ambiental, precisamente da recuperação de matas ciliares com a utilização de sistemas agroflorestais, foram estabelecidos vinte e quatro convênios com associações de produtores. Acrescentou que só para a recuperação da mata ciliar, por exemplo, o Estado de São Paulo investiu 11 milhões de reais, e a contrapartida oferecida pelas organizações foi em torno de 2 milhões e 800 mil reais, com geração de renda para o pequeno produtor tal como admite a legislação. Outra ação protagonizada pela SMA juntamente com Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento tem como objetivo estimular o cadastramento das propriedades rurais no SICAR-SP – Cadastro Ambiental Rural do Estado de São Paulo – atendendo, assim, exigência imposta pela legislação federal. Referiu-se aos sessenta eventos de treinamento realizados nos anos 2013 e 2014 e dos quais participaram cerca de cinco mil pessoas, basicamente técnicos de órgãos municipais, associações de produtores e sindicatos. Referiu-se às parcerias firmadas com o Instituto de Terras do Estado de São Paulo para atuar nos assentamentos, juntamente com trezentas e vinte e três prefeituras, contexto em que a SMA promoveu a capacitação e forneceu equipamentos para que as



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

prefeituras atuem apoiando o pequeno produtor. Referiu-se ao cadastramento das áreas ciliares e ao monitoramento do processo de recomposição, e alertou que o cadastro deve ser feito pelo proprietário, que conhece a especificidade de sua área e o processo de recuperação a que está submetida. Passou a abordar a trajetória da pesquisa científica, seu desenvolvimento e aperfeiçoamento no âmbito dos órgãos ambientais. Noticiou que o Instituto Florestal e o de Botânica desenvolveram no período compreendido entre 2001 e 2008 projetos sobre o monitoramento de áreas de recuperação no Estado de São Paulo, que contaram com o apoio da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Noticiou que desse trabalho resultou uma chave para tomada de decisão que contempla a orientação de ações com vistas à recuperação de 701 espécies arbóreas nativas, um diagnóstico dos viveiros e um manual de mudas. Relatou terem sido investigadas, também no âmbito desses projetos e dos estudos desenvolvidos, 98 áreas, e que dessa investigação resultaram muitas informações. Esclareceu que, em 2001, se contava com 55 viveiros cadastrados com capacidade de produzir 13 milhões de mudas por ano, e que, em 2012, 207 produziram 41 milhões de mudas. Complementou esse quadro com a informação de que esses viveiros, em 2001, produziam 277 espécies diferentes e, em 2012, mais de 600 espécies. Utilizando-se a chave de tomada de decisão, se pergunta o que está acontecendo e, com base nas respostas formuladas, elencam-se as ações a serem adotadas. Apresentou lista das espécies disponíveis e seus principais atributos, quais sejam, nomes científico e popular, altura, hábitos, classe sucessional, ou seja, se se trata de espécie pioneira ou não. Fez referência a outro trabalho elaborado pelo Instituto Florestal coordenado pela pesquisadora Giselda Durigan e teceu comentários sobre a avaliação de vários outros projetos de recuperação que evidenciou a condição de se prever o que acontecerá na trajetória de recuperação daquela área, ao se compararem os resultados obtidos com vários indicadores ecológicos com relação aos valores de referência. Elencou as vantagens obtidas com base nesses trabalhos, entre as quais, a seleção de indicadores para o monitoramento, a geração de valores de referência e a definição desses valores. Apresentou a Resolução SMA, que, explicou, resultava do esforço de pesquisa que aponta para o monitoramento; para o sistema de apoio à restauração ecológica e, também, para o sistema eletrônico. Igualmente ofereceu dados sobre o material de apoio técnico produzido, a mobilização, a sensibilização e a capacitação com vistas à implementação do processo de recuperação de matas ciliares. Referiu-se ao lançamento do caderno “Mata Ciliar”, noticiado em 2010 no sítio eletrônico da SMA, apresentou exemplares de jornais editados à época e edições de um programa de rádio. Referiu-se também à parceria com os municípios, através do Programa Município VerdeAzul, que dá ênfase à recuperação de matas ciliares em 144 municípios, e à produção das mudas a serem usadas em 361 municípios. Teceu comentários sobre o projeto de recuperação de matas ciliares executado no período compreendido entre 2005 e 2010 com recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global – GEF e sobre projetos demonstrativos executados em 15 microbacias. Enfatizou que o aspecto mais importante na execução desses projetos foi a discussão dos instrumentos econômicos e de incentivo. Outro dado igualmente relevante e, até mesmo, histórico, acrescentou, foi a primeira decisão tomada pelo Comitê de Bacia do Piracicaba, Capivari e Jundiaí, em setembro de 2006, destinando recursos obtidos com a cobrança pelo uso da água para o pagamento de serviços ambientais, criando-se, assim, um instrumento para remuneração do produtor rural que conserva e recupera a floresta. Pontuou ter sido esse instrumento incluído na Política Estadual de Mudanças Climáticas, e passou a oferecer uma série de informações sobre essa legislação que, afirmou, é invejada pelos colegas que trabalham nesse assunto em outros órgãos e áreas. O segundo projeto de pagamento de serviços ambientais, acrescentou, propõe sua aplicação nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural–RPPNs, que abrangem cerca de 1 mil e 884 hectares, e cujo valor é da ordem de 1 milhão e 900 mil reais. Explicou que o programa de recuperação da mata ciliar, por sua vez, tem como objetivo protegê-la e recuperá-la, como também as nascentes e as áreas de recarga do aquífero, e, igualmente, ampliar a cobertura da vegetação nas áreas de mananciais. Concluiu a apresentação afirmando ter apresentado, não tão bem-estruturado



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

como gostaria, o panorama geral acerca das ações que a SMA vem realizando com vistas à promoção e à recuperação pretendidas. O **Presidente do CONSEMA** comentou ter a assessora apresentado uma boa síntese do trabalho que vem sendo realizado há sete anos, do qual a SMA se orgulha muito, e passou a palavra ao representante da Secretaria de Recursos Hídricos no CONSEMA. O conselheiro **Rui Assis Brasil** parabenizou o Secretário de Estado Rubens Rizek e o Secretário-Adjunto Mendes Júnior pelas recentes nomeações, e todos os conselheiros, que nesta ocasião deixam seus mandatos em época de renovação da composição do conselho, conforme prevê o Regimento Interno. Prenunciou que, discorrer sobre a situação do abastecimento hídrico no Estado de São Paulo requer dias de explanação porque envolve inúmeros atores, desempenhando diversos papéis, em processos distintos. Tendo em vista a amplitude e complexidade do tema buscou centrar o foco da apresentação em informações, tais como as séries históricas de monitoramento disponíveis no sítio eletrônico do Departamento de Águas e de Energia Elétrica - DAEE. Destacou serem tais informações muito utilizadas em estudos de planejamento e nos sistemas públicos de alerta. Indicou a existência do Centro de Gerenciamento de Emergências – CGE, órgão da Prefeitura do Município de São Paulo, responsável pelo monitoramento das condições meteorológicas da Capital, e da Agência Nacional das Águas – ANA. O conselheiro destacou ser o assunto amplamente divulgado e pode ser acessado com a utilização dos *links* que se encontram disponíveis nas páginas eletrônicas de vários órgãos. Entre os assuntos frequentemente abordados pela mídia, destacou a situação atual dos mananciais de abastecimento de água do Estado de São Paulo, o nível em que se encontra e a intensidade das chuvas, que podem ser acompanhadas, diariamente, em tempo real, no sítio eletrônico da SABESP. Enfatizou que o mais antigo dos comitês de bacia hidrográfica, aquele constituído pelos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí-PCJ, abriga uma sala de situação com informações hidrológicas e pluviométricas que, geradas por uma rede telemétrica, igualmente em tempo real, veicula essas informações por meio de relatórios. Relatou também que participou, em novembro último, de reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos–CRH, ocasião em que o Prof. Orivaldo Brunini, pesquisador do Instituto Agrônomo de Campinas–IAC e da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, proferiu palestra, da qual tomou de empréstimo alguns eslaides, e os apresentou aos conselheiros. Iniciou seus comentários mostrando no mapa a posição dos postos da rede de monitoramento hidrometeorológica automatizada do Estado de São Paulo e instalados nos últimos quinze anos, e ressaltou que ela é uma das mais completas do mundo, e que essa infraestrutura foi adquirida com os auspíciosos recursos provenientes do Fundo Estadual de Recursos Hídrico–FEHIDRO. Explicou que o clima do Estado de São Paulo é bem definido, exceto quando da ocorrência das anomalias sentidas desde o início do ano, após a incidência de uma zona de alta pressão que impediu a entrada de qualquer frente fria, impondo um verão totalmente atípico, situação esta também observada em outras regiões do Planeta, desde a Austrália, passando pelo sul da América e da África. Acrescentou que essa espécie de escudo, por outro lado, ocasionou maior incidência de chuvas em direção à Argentina, ao Espírito Santo e à Califórnia, e explicou que, do ponto de vista histórico, ninguém, até então, vivenciou um fenômeno de escassez hídrica tão prolongado como esse que se encontra em curso. Teceu considerações sobre os conceitos de seca, estiagem e de seca meteorológica e seca hidrológica, e apresentou os padrões climáticos do Estado com base no Índice de Severidade de Seca de Palmer–PDSI e dos Índices Padronizados de Precipitação–SPI, ocorridos nos últimos dois anos. Indicou, com o auxílio de mapas, os locais mais afetados e enfatizou que o nível de progressão da seca incidiu praticamente nas mesmas regiões, embora a Cantareira fosse a mais afetada. Disse que, estranhamente, até mesmo a região do Vale do Ribeira sofreu com a redução dos índices de pluviosidade, mas a região sul do Estado de São Paulo foi a menos afetada. Ressaltou que as projeções existentes realizadas pelo Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos–CPTEC, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais–INPE e utilizadas por todos os órgãos são de curto prazo e indicam a permanência desse comportamento com probabilidade de acerto de 33% aproximadamente. Ao apresentar os gráficos

Página 10 de 15



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

com os dados das séries históricas do total das chuvas obtidos pelos postos de Campinas e de Ribeirão Preto, a partir de 1891 e de 1937, respectivamente, destacou que, em 2014, foram registrados os níveis pluviométricos anuais mais baixos da história, respectivamente 600mm e 300mm de precipitação. Indicou que quinze cidades de pequeno e médio porte, dependentes dos mananciais locais, em sua maioria com captações a fio d'água – Aguaí, Casa Branca, Cordeirópolis, Cosmópolis, Nova Odessa, Rio das Pedras, Saltinho, Tambaú, Valinhos, Vinhedo, Santa Cruz das Palmeiras, Jurumim, Itu, Mauá e Santo Antônio da Posse –, estão sujeitas a racionamento de água. Desses municípios, nove encontram-se nas Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. A primeira grande lição a se obter desse período seco, complementou, é que os municípios precisam buscar reservatórios e mecanismos de adaptação para as situações críticas decorrentes das oscilações das vazões e, na ausência destes, promover o racionamento. Passou a descrever de forma detalhada o Sistema Cantareira com foco nos reservatórios e rios e na infraestrutura dos túneis que interligam e compõem o chamado sistema equivalente. Apresentou dados sobre a queda acentuada e progressiva do potencial do Sistema Cantareira, em 2014, refletidos pelos índices pluviométricos mensais, em milímetros, acerca da queda do nível do reservatório, em dados percentuais, afluência e vazão de produção, em metros cúbicos por segundo de água. Ofereceu dados sobre a economia proporcionada pelo Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água-Bônus, entre março e agosto de 2014, e discorreu acerca da gestão da oferta de água na RMSP e das ações implementadas pelos órgãos competentes – DAEE, SABESP, CBH-PCJ, SANASA –, entre as quais a redução das descargas e soluções alternativas para usuários de jusante; a intensificação da fiscalização nas Bacias Hidrográficas CBH-PCJ, Alto Tietê e Paraíba do Sul; apoio aos operadores municipais dos serviços de saneamento; reenquadramento de trecho do Rio Jundiaí; a aceleração dos investimentos para os Sistemas São Lourenço e para as Barragens de Duas Pontes e Pedreira; a antecipação de investimentos na Interligação Jaguari-Atibainha, e o reforço da captação da SANASA Campinas (DAEE e SABESP). Passou-se à discussão. O conselheiro **Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho** agradeceu pelo tempo em que esteve no CONSEMA e aproveitou para chamar à reflexão o Conselho sobre a necessidade de se promover debates sobre as políticas consuntivas da água. Lembrou que o licenciamento ambiental de barragens ainda é objeto de discriminação pela sociedade, devido às experiências negativas do passado. Ponderou, no entanto, que o assunto evoluiu muito com a disponibilidade de novas tecnologias, tais como aquelas utilizadas na Barragem de Santa Maria da Serra, cujo processo de licenciamento ambiental tramita na Secretaria do Meio Ambiente. Relatou que o Ministério Público desqualificou tal projeto, com base em inverdades, porque pautou seus pareceres em trabalhos acadêmicos, dissertações de mestrado e de grupos de estudo, sem comprovação técnica. Afirmou que as posturas contrárias ao projeto se encontram respaldadas em fontes sem embasamentos consistentes. Defendeu tratar-se este de projeto que possibilita o uso múltiplo, para transporte hidroviário, armazenamento de água e geração de energia. Lamentou o fato de a legislação sobre os recursos hídricos não ser considerada quando os projetos de geração de energia prevalecem sobre os demais usos, inclusive aqueles que envolvem o abastecimento público. Criticou a decisão unilateral do Operador Nacional do Sistema Elétrico de interromper a navegação no Rio Tietê-Paraná, desde maio deste ano, para reservar águas nas cabeceiras dos rios, focando somente na produção de energia. Defendeu a implantação do hidroanel metropolitano, por entender que se trata de projeto que permite o uso múltiplo de recursos, com interface nas áreas de saneamento, preservação de água e geração de energia pelo Sistema Henry Borden. Acentuou que as vantagens ambientais do transporte hidroviário sobrepujam aquelas proporcionadas pelo modal rodoviário preponderante no Estado de São Paulo. Colocou-se à disposição para oferecer informações ao Conselho sobre os principais novos projetos de barramento – entre os quais o Anhembi, localizado no Rio Tietê a montante de Barra Bonita – que buscam atender à crescente necessidade de reservatórios de água construídos com base em modernas tecnologias, tal como ocorre em países desenvolvidos. Sugeriu o agendamento de reunião do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Conselho para discutir projetos de investimento no Sistema Hidroviário Tietê-Paraná. O conselheiro **Carlos Sanseverino** elogiou o qualificado desempenho do conselheiro Tércio e afirmou que “por ser sufragador da máxima de Santo Tomás, *in medio virtus est*, sente que não há como se falar em crescimento sustentável sem a aproximação de instâncias. Admitiu a existência de bons e maus profissionais em diversos setores, e que não há como negar quão alvissareira é a aproximação dos membros do Ministério Público dos integrantes do Conselho, criando, assim, oportunidades para se dirimir as dúvidas e aperfeiçoar o entendimento sobre diversas questões. Destinou o resto do seu tempo a seu assessor, o Dr. Jaime Meira do Nascimento Jr., Promotor de Justiça do Grupo de Atuação Especial do Meio Ambiente – GAEMA. Após agradecer ao convite do conselheiro Marcelo Pereira Manara para vir à reunião, **Jaime Meira do Nascimento Jr.** lembrou que a proteção do meio ambiente está estritamente relacionada com a sobrevivência da espécie humana. Ressaltou quão crítica e preocupante é a situação atual dos recursos hídricos, com a constatação dos mais baixos níveis de água em vários mananciais da região do Vale do Paraíba, e ilustrou tal situação com o que ocorre na represa do Paraíba do Sul, que conta atualmente com apenas 10% de sua capacidade de reserva. Referiu-se, também, à extinção da represa da cidade de Redenção da Serra, que se transformou em um campo seco. Criticou a persistência em se defender a proposta de se implantar, com celeridade, o projeto de transposição do Rio Jaquari para o Atibainha, processo esse que deverá contar, para obtenção da outorga, com a participação do Departamento de Águas e de Energia Elétrica-DAEE e, igualmente, com a atuação da CETESB, para obter a licença ambiental. Formulou vários questionamentos, entre os quais um sobre o impacto que causaria a autorização de retirada de água do Rio Paraíba do Sul, sem que isso acarrete uma seca no sistema; sobre a ausência dos órgãos federais nas discussões, considerando tratar-se de rio sob jurisdição federal; acerca da relação da Agência Nacional de Águas-ANA com o DAEE no que se refere à concessão da outorga de água; sobre se estão ou não sendo revistas as concessões de outorga na região do Vale do Paraíba, face o quadro que se apresenta. O conselheiro **Andrés Vernet Vives**, após externar preocupação com o desempenho do poder público, especificamente o poder público municipal, por não estar cumprindo seu papel, mantendo cooperativas de resíduos sólidos de fachada, que não contam com nenhuma infraestrutura, passou a palavra a sua assessora **Ione Zukauskas**, cientista urbana, que dissertou sobre a condição crítica da qualidade de vida e disponibilidade de recursos naturais para manter as cidades. Destacou ser o único caminho possível a adoção de medidas de reutilização, reciclagem dos resíduos e a economia de água. Lembrou da existência de um projeto, estabelecido há dois anos, na Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, cujo propósito é a busca de água para o futuro. Espera que tal busca não se dê apenas por expectativa de ocorrência de chuvas. Exaltou sua crença que as soluções surgirão a partir de novas tecnologias, desenvolvidas em projetos apoiados e executados pela iniciativa privada, visto que há muito tempo o governo propaga a situação crítica da disponibilidade hídrica, mas pouco tem realizado para enfrentá-la. Existem várias possibilidades tecnológicas para se obter água potável, utilizando, por exemplo, métodos de dessalinização e até mesmo a obtenção de água de resíduos sólidos. O conselheiro **Marcelo Manara** agradeceu o Secretário de Estado e Presidente do CONSEMA pelo atendimento de sua reivindicação, com a inclusão na pauta da reunião de discussão sobre a situação do abastecimento hídrico no Estado de São Paulo. Lamentou, no entanto, que tal solicitação não tenha se concretizado em reunião extraordinária, conforme originalmente solicitou, tendo em vista tratar-se de um assunto extremamente complexo, impossível de ser abordado no curto espaço que lhe foi dedicado. Por esse motivo, reiterou seu pedido original para que se promova uma reunião extraordinária, sem os prejuízos causados pela falta de tempo. Solicitou ao Presidente do CONSEMA fosse passada a palavra para Hernani Barreto, Vereador pelo Município de Jacareí e representante da frente parlamentar dos Vereadores da região Metropolitana do Vale do Paraíba. O **Presidente**, antes de passar a palavra, agradeceu a presença de Hernani Barreto e também a do vereador Daniel Pereira, representante do Município de Redenção da Serra, com quem esteve minutos antes em audiência no



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

seu gabinete, ocasião em que pôde conhecer por relatos e fotos a situação crítica que vem enfrentando o município de Redenção da Serra, fato que o sensibilizou bastante. O vereador **Hernani Barreto** agradeceu ao Secretário e ao conselheiro Marcelo Manara pela oportunidade de participar da reunião, parabenizou e desejou sucesso aos novos conselheiros. Relatou ser representante de 414 vereadores de 39 municípios do Vale do Paraíba e Litoral Norte e que a frente parlamentar é a única entidade dessa natureza legalmente constituída. Disse alinhar-se ao conselheiro José Simão, representante da Associação Paulista dos Municípios, quanto à importância de se promoverem discussões nos municípios. Revelou ser esse seu principal intuito, ou seja, sensibilizar a todos da importância de se promover diálogos francos e audiências públicas para que a população possa se apropriar das informações. Com respeito à apresentação do conselheiro Rui Assis Brasil, expressou sua percepção de que as ações do item 6 não contam com a participação de todos os atores envolvidos e que as câmaras municipais não estão conseguindo transmitir isso à sociedade. Quanto à participação da frente parlamentar relatou ter encaminhado seis ofícios para o governador demonstrando o grau crítico de Redenção da Serra e a necessidade de abrir um canal para se promover um diálogo franco sobre o assunto. Expôs ser o município de Redenção da Serra um exemplo do insucesso causado pela construção da represa de Paraibuna, que acabou com a cidade devido ao não detalhamento dos impactos econômicos, sociais e ambientais decorrentes da instalação da represa. Questionou sobre quais seriam as compensações para os municípios, considerando os prejuízos que tiveram. Discorreu sobre a importância econômica desempenhada pelo Vale do Paraíba e sobre seu PIB elevado, que conta com a participação de vários segmentos produtivos. Defendeu o não abandono do Vale do Paraíba e desejou participar mais do Conselho para aprender. Disse ser a frente parlamentar, a qual representa, apartidária e de portas abertas e pronta para discutir esses assuntos no Conselho. O **Presidente do CONSEMA** agradeceu a participação do vereador e afirmou que o diálogo solicitado será mantido e, atendendo ao pedido do conselheiro Marcelo Manara, passou a palavra ao outro vereador, **Daniel Pereira**, vereador do Município de Redenção da Serra, que agradeceu pela recepção e demonstrou satisfação pela presença do conselheiro Ricardo Montoro e também pela menção feita por Jaime Meira do Nascimento Jr., promotor de justiça do GAEMA, à sua cidade. Descreveu as agruras econômicas e sociais pelas quais vem passando o Município de Redenção da Serra, após a implantação da Represa de Paraibuna, na década de 1970. Relatou a morte de seu avô, abatido pela profunda depressão após suas propriedades terem sido inundadas. Além do município não se ter desenvolvido, tal como era a expectativa inicial, ocorreu o êxodo da maior parte da população, restando hoje poucos moradores. Contou ter mostrado ao Secretário Rubens Rizek fotos do estado atual em que se encontra a cidade, que antes lutava pelo desenvolvimento do turismo, e hoje pede socorro pela falta de água nas escolas, residências e no posto de saúde, sem nenhuma perspectiva de futuro e com a captação de água a mais de cinco quilômetros dali. Pediu que se preste socorro ao município, que é considerado o berço paulista da liberdade, por ter sido o primeiro a promover a libertação dos escravos. Na ocasião em que o governador visitou o município, no ano passado, foi lançada a proposta de se construir um dique para contenção das águas dos rios que abastecem a cidade. Apesar de contar com a aprovação do Comitê de Bacias, tal sugestão não foi levada adiante. Solicitou ao conselheiro Rui Brasil apoio para que tal proposta seja de fato implantada. O conselheiro **Carlos Cunha** destacou o importante papel que desempenham as florestas nos ciclos hidrológicos, sendo que um dos principais fatores que provocam a escassez hídrica no Estado de São Paulo é o desmatamento na Amazônia e no Mato Grosso, locais onde tem início a formação das chuvas. Relatou sobre o programa de educação ambiental da Rede Verde na Educação que, em parceria com a Secretaria da Agricultura, que além de prover informações sobre as árvores junto ao meio estudantil, estimula os pequenos e médios produtores a manter a reserva legal e recompor as matas ciliares. Falou da importância de se cobrar das incorporadoras e construtoras que cumpram seus compromissos de compensação ambiental, tendo em vista que algumas devem, aproximadamente, de quatro a cinco milhões de árvores. O conselheiro **Marcelo**

Página 13 de 15



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Manara solicitou fosse pautaada, novamente, para a próxima reunião ordinária do CONSEMA, o tema da restauração florestal, sugestão acatada pelo Presidente do CONSEMA. O conselheiro **Marcelo Manara** destacou que o entendimento do conselheiro Rui Brasil e também a atual perspectiva da mídia de que o principal responsável pela falta de água em São Paulo seja São Pedro não explicam o cenário atual. Ponderou que tais entendimentos não representam toda a complexidade da crise que vivemos, tendo em vista os surpreendentes e inaceitáveis índices de perdas de água no sistema de captação e distribuição. Por esse motivo, o conselheiro reiterou o pedido para que se convoque reunião extraordinária com a participação da SABESP, do DAEE, Comitê de Bacias e da Agência Reguladora de Saneamento e Energia – ARCESP, que, apesar das atribuições que possuem na gestão das águas, vêm sendo lembrados apenas em notas de rodapé. Destacou que o artigo 2º do Decreto 52.455, de 2007, define que, dentre suas atribuições, cabe à ARCESP regular, controlar e fiscalizar os serviços dessas concessionárias do serviço público. Relatou sua expectativa de que a ARCESP se pronuncie nesse momento de crise sobre o que a sua diretoria de regulação técnica e fiscalização dos serviços de saneamento tem feito para fiscalizar, e sobre os relatórios que vêm elaborando. Destacou a difícil realidade da cidade de Cruzeiro, localizada também no Vale do Paraíba, que vive à beira do colapso de, com índice de perda de 60%, decorrente da má gestão da SABESP e da falta de investimentos em canalização, apesar de remunerar seus acionistas em dois bilhões de reais. Parabenizou pelos trabalhos de restauração florestal apresentados. No entanto, acentuou serem necessários esforços ainda maiores, uma vez que parte dos viveiros de mudas existentes foi desativada. Lembrou que a transposição do rio Paraíba do Sul será decidida na reunião do CBHPS, no próximo dia 18 de setembro. Relatou que tal proposta com certeza será aprovada nessa reunião, mas a sociedade não está ciente dessa possível decisão e ainda não se conhece quais serão os reflexos dessa transposição a médio e a longo prazo. O **Presidente do CONSEMA** registrou as solicitações do conselheiro Marcelo Manara, para submetê-las à análise. Passou-se à discussão. O **conselheiro Rui Brasil**, em resposta aos questionamentos formulados pelo promotor de justiça Jaime Meira do Nascimento Jr., esclareceu que o longo processo de gestão e operação da Bacia do Rio Paraíba do Sul encontra-se alicerçado em estudos diversos e passará por todo o rito legal de licenciamento ambiental definido pela legislação de recursos hídricos do Estado de São Paulo. Relembrou que as obras nos rios Paraíba e Jaguari foram construídas a partir de um consórcio estabelecido pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e pela União, sendo, portanto, patrimônio do Brasil. Relatou que durante a etapa de concessão da outorga será verificada a disponibilidade hídrica dos sistemas e que o DAEE já encaminhou consultas à Agência Nacional de Águas, ao operador da usina e ao Comitê da Bacia do Paraíba do Sul. Esclareceu que já foram realizadas mais de cinco reuniões envolvendo o Rio de Janeiro, Minas Gerais e o Comitê da Bacia do rio Paraíba do Sul, mediadas pela ANA. Afirmou que, por mais difícil que possa parecer, os Estados realizaram dois níveis de discussões: um de um grupo de caráter técnico e outro de um grupo constituído por secretários de Estado. Relatou existir um entendimento de que há possibilidade de atender o pleito feito pelo Estado de São Paulo, desde que sejam assegurados os demais usos múltiplos, sendo este o principal ponto que vem sendo discutido. Apresentou os volumes úteis de água disponíveis, como sendo: no sistema Cantareira, pouco menos de um bilhão de metros cúbicos; no reservatório de Paraíba, quatro bilhões de metros cúbicos; e no Rio Jaguari, um bilhão de metros cúbicos. No total, conta-se com a disponibilidade total estimada para esses sistemas de, aproximadamente, 5,5 bilhões de metros cúbicos de água, hoje quase nula nos reservatórios porque foram esvaziados para atender outros usos que não o de abastecimento humano. Esclareceu que a situação de seca dos reservatórios, conforme destacado pelo conselheiro Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho, deve-se ao fato de que, embora exista legislação específica, o setor elétrico não internalizou em suas normas e procedimentos o fato de que os recursos hídricos devem ser destinados, prioritariamente, ao consumo humano e à dessedentação de animais. Por outro lado, afirmou ser tecnicamente seguro que a retirada que se pretende de 5,13m³ de água do rio Paraíba do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Sul não afetará, em nada, os usos múltiplos do sistema, principalmente o de abastecimento humano. Reconheceu a existência de algumas restrições, provenientes de certos problemas históricos, tais como as quotas máximas de captação impostas a certos municípios, que poderão ser resolvidos a partir das soluções de engenharia. Ressaltou que todo o processo está sendo articulado de forma a envolver todos os níveis da sociedade, com a participação de diversos órgãos, dos vereadores, em discussões públicas de licenciamento ambiental, enfim, de forma a obedecer a legislação vigente. Explicou tratar-se de uma intervenção preventiva, de curto prazo, que conta com a elaboração de um anteprojeto discutido com todos os atores envolvidos, inclusive o Comitê de Bacias. Com relação ao problema enfrentado pelo Município de Redenção da Serra, confirmou a necessidade de se resolver o problema da água, tal como ocorre no município de Santa Izabel. Quanto às perdas no sistema de distribuição de água, apontou a necessidade de se realizar a desmistificação do assunto, tendo em vista o elevado investimento feito no Estado de São Paulo, no montante de bilhões de reais, não somente para o controle das perdas do sistema, mas também para o licenciamento ambiental. Quanto à proposta de se discutir o assunto, considera como muito bem vinda, para que se possa, de uma vez por todas, esclarecer a população sobre as ações que estão sendo tomadas neste sentido. Destacou que, apesar de a ARCESP não fazer parte da Secretaria de Recursos Hídricos e Saneamento, tem certeza que não se furtará a prestar seus esclarecimentos, caso se faça necessário. O **Secretário e Presidente do CONSEMA Rubens Rizek** agradeceu a participação do conselheiro Rui Brasil, a quem denominou “professor da matéria”, pela capacidade intelectual que possui de discorrer sobre o assunto. Questionou o conselheiro sobre qual teria sido o real destino dos quatro bilhões ou quatro trilhões de metros cúbicos de água faltantes do Paraíba. Questionou se tal volume teria sido todo consumido pela população, perdido ao longo da distribuição ou consequência da falta das chuvas não provisionadas por São Pedro. Destacou que, decerto, não teriam sido estas as razões, reconhecendo, desta forma, a necessidade de dar continuidade às discussões para que se possa proceder aos esclarecimentos necessários. Nada mais havendo a discutir, deram-se por encerrados os trabalhos desta reunião. Eu, **Germano Seara Filho, Secretário-Executivo do CONSEMA**, lavrei e assino a presente ata.